



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE

5 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dez horas e seis minutos, por meio de ferramenta de conferência *web* da RNP, foi realizada a primeira sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sob a presidência da Vice-Diretora, Professora Silvia Rufino e com a presença com a presença dos conselheiros titulares (ou substituindo o titular): Alberto Boscarino, Angelo Marcio da Silva, Gilberto Castello Branco, Flávia Lima, Francisco

10 Cirto, Marta Máximo Pereira, Renato Lanna Fernandez, Ricardo Araújo, Bianca Tempone, Tiago Siman Machado, Ana Clara da Cunha Ferreira Leite, Antonio Castanheira, Alexandre Martinez, Carlos Eduardo Pantoja, Fabiano A. Oliveira, Fernando Neves, João Terêncio Dias, Lais Amaral Alves, Patrícia Crossetti, André Moraes, Frederico de Oliveira, Daniel Kioshi K. Cavalcanti, Bernardo Gomes, Gabriella Bordoni, Hilário Gonçalves, Camila Carneiro Dazzi, Eduardo

15 Ogasawara, Nelson Mendes Cordeiro, Valéria Pereira; conselheiros suplentes: Diego Barreto Haddad, Felipe Ferreira, Myrna da Cunha, Renato Schumann, Rosana Dischinger Miranda, Vancler Ribeiro Alves, Welerson Fernandes Kneipp, Charlene Cidrini Ferreira, Christian Vincenzi Nunes, Felipe Felix, Saulo Santiago Bohrer, Wladmir Henriques Motta, André Alexandre Guimarães Couto, Renata Rufino da Silva, Jorge Neto, Alexandre Ali Guimarães;

20 convidados: Marcus Vinícius dos Santos Moura (DTINF), Ana Carolina Rezende e Lourival Moreira (DIREG) e Melissa Machado (DICAP). A Secretaria informou, a pedido da Presidente, que o teto da reunião seria de acordo com o Art. 11 do Regulamento, 2h; informou ainda da observância do Art. 9º do Regulamento, Inciso VII, em que o membro suplente, cujo titular estivesse presente à reunião, não teria direito a voz ou voto. A Presidente reiterou os pedidos e

25 solicitou que todos respeitassem, principalmente por causa dos problemas de tempo, acrescentando que todos estavam em trabalho remoto e com uma série de outros compromissos. O conselheiro Christian Vincenzi pediu uma questão de ordem, pois era suplente da conselheira Gabriella Bordoni e ela era do Ensino Médio, e ele da Graduação, dizendo que aquilo não tinha



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

cabimento, pois eles representavam realidades diferentes, dizendo ainda que a composição de
30 chapa deles tinha sido para possibilitar a voz para os dois, e que não era justo tirar o espaço de
fala da graduação; acrescentou que essa regra do regulamento nunca tinha sido observada e ele
achava que não deveria ser respeitada; observou também que a pauta era extensa e não podia ser
limitada a 2h; registrou que o regulamento era retrógrado e para garantir uma tradição
democrática era necessário dar voz aos suplentes. A Presidente disse que em outro momento a
35 questão do regulamento poderia ser revista, mas naquela reunião ele seria seguido. O conselheiro
Felipe Felix disse que era suplente do conselheiro Bernardo Gomes e que a questão do
regulamento lhe causava surpresa pois os suplentes sempre tiveram a palavra, não somente
naquele Conselho, como em outros e parecia que agora, por alguma razão, tinha se decidido
seguir rigorosamente o regulamento; na sua opinião, essa mudança de condução era o que
40 causava uma certa estranheza, sugerindo que se fizesse uma votação para que todos se
posicionassem sobre aquilo. A Presidente esclareceu que o regulamento do Conselho Diretor
permitia dar a voz aos suplentes; ponderou que a pauta era extensa e que, com 60 pessoas
falando, tinha que se pensar em como otimizar o tempo, e tinha certeza de que o regulamento
havia sido feito nesse sentido, pois era um Conselho muito grande; disse também que o seu
45 critério tinha sido esse, da otimização do tempo, e não cortar a voz, pois todos estavam
participando e tinham o titular para responder. O conselheiro João Dias destacou que havia uma
abertura para a questão do tempo no próprio regulamento (Art. 11, § 4º), com uma extensão de 60
minutos. A Presidente confirmou que sim, duração da reunião de 2h e extensão de 60 minutos. O
conselheiro Saulo Santiago disse que era suplente da conselheira Camila Dazzi, ambos
50 representantes do CONEX, e endossou as palavras do conselheiro Felipe Felix, que as práticas do
conselhos no Cefet/RJ retomavam a participação dos conselheiros no debate, e por isso pedia à
Presidente, atendendo ao que havia sido praticado na última reunião na questão da fala dos
suplentes, praticasse isso e encaminhasse o assunto para a próxima reunião, e que a Presidente
tivesse a compreensão da preservação dos princípios democráticos preservados no Cefet/RJ, com
55 o amplo debate de ideias; ponderou que estava contaminada a ideia de democracia, eleições e
acesso aos cargos eletivos que mais aquele golpe seria muito ruim para a comunidade cefetiana



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

acreditar que era possível fazer uma instituição participativa; falou que se a Presidente queria decidir monocraticamente ela podia, mas que seria mais coerente às práticas daquele Conselho que a decisão fosse submetida ao voto. A Presidente disse que não estava alterando a condução o Conselho, que ela não havia criado o regulamento, ia apenas segui-lo; pediu aos conselheiros que naquele momento em diante os titulares e suplentes se comunicassem e apenas o titular se manifestasse. A conselheira Camila Dazzi disse que queria dar suporte à fala dos conselheiros Christian e Saulo, e que achava que naquele Conselho tanto os titulares como os suplentes tinham direito à fala, a dar suas opiniões, e que, se o tempo não fosse suficiente, ele podia ser estendido ou levado para uma extraordinária, mas que eles tinham o direito de falar, e que era muito sério quando isso se tornava algo proibitivo, e que achava complicado os modos de comunicação (como Whatsapp) porque se desconcentraria da reunião, e achava que nem sempre titular e suplente pensavam a mesma coisa, por isso tinham o direito de se colocar. A Presidente sugeriu que ao final daquela reunião se fizesse uma comissão para alterar o regulamento do Conselho. O conselheiro Angelo Silva disse que entendia o anseio de todos, mas era uma pauta extensa e eles precisavam ser objetivos, que havia um anseio da comunidade pelo trabalho deles; falou que achava complicado a proposta de não seguir o regulamento, e que não havia nada demais em se seguir o regulamento; comentou que se o regulamento estava defasado, eles podiam propor a alteração, mas naquele momento estava seguindo o regulamento, que não tinha nada de antidemocrático, dizendo que eles deviam tentar manter a reunião em harmonia, lembrando que a comunidade estava ouvindo, acompanhando aquela reunião e ansiosa pelos resultados. Declaração da conselheira Flavia Lima: “Gostaria de deixar registrado em ata que me solidarizo à fala dos suplentes, sobretudo aos alunos da graduação que estão sem voz no conselho. Ainda que o regulamento delimite essa questão, penso que o conselho (todos os seus membros) é soberano para decidir sobre as questões controversas. E seria democrático colocar a questão em votação”. Dando início ao Expediente Inicial, **Item 1.1 Aprovação de ata (1ª Sessão Ordinária de 2020)**, como não houve observações à minuta encaminhada, o item foi colocado e a ata foi **aprovada por unanimidade** com os votos dos conselheiros: Alberto Boscarino, Angelo Marcio da Silva, Gilberto Castello Branco, Flavia Lima, Francisco Cirto, Renato Lanna Fernandez, Ricardo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

85 Araújo, Silvia Rufino, Tiago Siman Machado, Ana Clara da Cunha Ferreira Leite, Antonio
Castanheira, Alexandre Martinez, Carlos Eduardo Pantoja, Fabiano A. Oliveira, Fernando Neves,
Lais Amaral Alves, Patrícia Crossetti, André Moraes, Frederico de Oliveira, Daniel Kioshi K.
Cavalcanti, Bernardo Gomes, Gabriella Bordoni, Hilário Gonçalves, Camila Carneiro Dazzi,
Eduardo Ogasawara, Nelson Mendes Cordeiro, Valéria Pereira; abstenções: Marta Máximo e
90 João Dias; não foi possível colher o voto da conselheira Bianca Tempone. A conselheira Marta
Máximo pediu a palavra para dizer que, dado que os impactos da pandemia para a instituição
eram muito relevantes, não que os demais assuntos não fossem, mas que eles poderiam apreciar o
Item 2.1, que não demandaria muito tempo, mas que os itens do 2.6 ao 2.11 eram emergenciais,
dada conjuntura que viviam; a conselheira propôs que se analisasse o Item 2.1 e que depois se
desse prioridade aos itens que a seu ver eram emergenciais, que era a questão da pandemia e os
95 impactos para a instituição, que seriam os itens de 2.6 ao 2.11 e que os demais itens ficassem para
uma próxima reunião. O conselheiro Bernardo Gomes encaminhou para que os itens 2.4 e 2.5
passassem primeiro pelo CONEN antes de ir ao CEPE, pois diziam muito a respeito da carreira
docente, por isso a pertinência de passar primeiro pelo CONEN. A conselheira Camila Dazzi
100 disse que reforçava a proposta da conselheira Marta, e que o item referente ao afastamento dos
docentes ainda precisava ser pensado, que seria um debate prolongado e que talvez precisasse de
uma reunião específica para isso; acrescentou que achava que eram muito importantes as
questões ligadas à pandemia. O conselheiro Eduardo Ogasawara disse que em relação ao Item
2.2, havia uma deliberação do COPEP, que fora encaminhada ao CEPE com algumas diretrizes
105 em relação da possibilidade de alteração do regulamento que não estavam propostas no
documento encaminhado, por isso pedia que o item não fosse discutido naquele momento, que
fosse enviado para todos o documento do COPEP e à luz disso fosse estudada essa alteração,
principalmente o anexo I. O conselheiro Alexandre Martinez disse que os itens de pauta deveriam
ser mantidos, destacando que em relação ao Item 2.2 havia um prazo a ser cumprido, que todos
110 os itens era importantes, mas que os relacionados à covid eram apenas apresentações, que eles
havam recebido os documentos, estavam cientes e queriam alguns esclarecimentos; falou que
aguardar uma nova reunião ordinária atrasaria aqueles itens, por isso sugeria seguir com a pauta e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

o que não fosse contemplado por causa de tempo, passasse para reuniões extraordinárias semanais. O conselheiro Angelo Silva endossou a proposta do conselheiro Alexandre, lembrando que aquele início de pauta continha itens de reunião anterior e não deveriam ser prorrogados, enfatizou que era importante seguir a pauta pois os documentos tinham sido encaminhados antes, que todos tiveram a oportunidade de ler. O conselheiro Hilário Gonçalves encaminhou pela manutenção do pauta, inclusive porque a servidora Melissa Machado havia divulgado um esclarecimento de que o Item 2.2 tratava de uma adaptação do atual regulamento às determinações do Decreto 9.991/2019 e por isso o Cefet/RJ precisava se adaptar urgentemente ao decreto, e que iria sugerir que se formasse uma comissão para isso, reiterando que as adaptações precisavam ser feitas; destacou que o item 2.4 também era muito importante pois dizia respeito ao trabalho dos docentes da carreira EBBT em sala de aula e os assuntos não podiam mais ser postergados; salientou que as apresentações dos demais diretores também eram importantes, mas deviam manter a pauta. O conselheiro Renato Fernandez também se manifestou pela manutenção da pauta, pois todos haviam se preparado para aquela pauta e que as mudanças em cima da hora acabavam prejudicando, gerando tumulto, perdendo tempo, e que, se não houvesse tempo, eles podiam marcar quantas reuniões extraordinárias fossem necessárias. A servidora Melissa Machado esclareceu que o Item 2.2 fora trazido para a adaptação ao Decreto 9.991/2019, já vigente, cujo prazo de adaptação das normativas internas havia expirado em outubro de 2019 e por isso eles estavam trabalhando, por assim dizer, com irregularidades de algumas condições no regulamento interno; frisou que juntamente com a proposta de analisar apenas os itens em conflito com a legislação havia a possibilidade de se fazer um revisão completa do regulamento, inclusive com demandas de outros conselhos à comissão gestora no ano passado, e isso exigiria maior envolvimento da comunidade, mas isso seria feito em outro momento, aquela adaptação era apenas para eliminar os conflitos do regulamento com o decreto, com a nova legislação. O conselheiro Fernando Neves se pronunciou favorável à manutenção da pauta e disse que, para o item que não conseguissem avançar, seria interessante criar comissões, pois era um conselho grande, e aquele era um momento precioso; falou que as comissões poderiam balizar as decisões do CEPE, teriam uma relação direta com o Conselho, os suplentes poderiam participar, daria voz



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

a todos e eles adiantariam muito pois as comissões poderiam trabalhar ao longo da semana e apresentar um resultado pronto, que seriam muito vantajoso para todos. O conselheiro Eduardo Ogasawara retirou o seu encaminhamento após os esclarecimentos da servidora Melissa e solicitou que os pontos de pauta fossem enviados com um certo encaminhamento, para que eles

145 pudessem se organizar. O conselheiro Hilário Gonçalves endossou o comentário do conselheiro Ogasawara, pois ele também tinha achado que era a reformulação de todo o regulamento, quando na verdade era apenas uma adaptação à legislação vigente e frisou que era necessário também reformular o regulamento. O conselheiro Bernardo Gomes reiterou que os itens 2.4 e 2.5 tinham que passar pelo CONEN pois eram item de ensino e docência. A conselheira Patrícia Crossetti

150 pediu a palavra para falar dos itens 2.4 e 2.5, apontando que nas atribuições do CONEN não se falava de regime de trabalho e por isso mantinha a sua indicação para o CEPE, lembrando que naquele Conselho já havia uma comissão da RAD, e, por se tratar de regulamento docente, entendia que deveria ser tratado no CEPE. A proposta de análise e discussão do Item 2.1, seguida da alteração de pauta para análise e discussão dos itens 2.6 ao 2.11, deslocando os itens 2.2 a 2.5

155 para a pauta da próxima reunião foi aprovada com 15 votos favoráveis dos conselheiros Bianca Tempone, Alberto Boscarino, Flavia Lima, Francisco Cirto, Marta Máximo, Tiago Machado, Ana Clara Leite, Fabiano de Oliveira, Lais Alves, Frederico de Oliveira, Daniel Cavalcanti, Bernardo Gomes, Gabriella Bordoni, Camila Dazzi e Nelson Cordeiro; a proposta recebeu 14 votos contrários dos conselheiros Angelo Silva, Gilberto Branco, Renato Fernandez, Ricardo Araújo,

160 Silvia Rufino, Antonio Castanheira, Alexandre Martinez, Carlos Pantoja, Fernando Neves, João Dias, Patrícia Crossetti, André Moraes, Hilário Gonçalves e Valéria Pereira; abstenção do conselheiro Eduardo Ogasawara. O conselheiro Bernardo Gomes retirou a sua proposição referente aos itens 2.4 e 2.5. Antes de prosseguir ao encaminhamento de manutenção da pauta, a conselheira Camila Dazzi frisou que a pauta já havia sido alterada com a votação anterior. O

165 conselheiro Alexandre Martinez manteve seu encaminhamento, explicando que sua proposta pela manutenção da pauta incluía as reuniões semanais extraordinárias até que se findassem os assuntos, para que pudessem chegar na próxima reunião ordinária sem “gordura” nenhuma, com tudo já solucionado. A Presidente esclareceu que, com a licença do Professor Marcelo Nogueira,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

estava muito difícil manter as reuniões semanais, pois havia muitas outras reuniões, e que uma
170 alternativa seria a de ter as comissões trabalhando nos assuntos. O conselheiro Alexandre
Martinez disse que compreendia, mas achava que era um momento para sacrifícios. A votação
dos encaminhamentos foi interrompida pela manifestação do conselheiro Christian Vincenzi
quanto ao cumprimento do regulamento na questão do direito a voz dos suplentes e que ele queria
falar e não seguiria o regulamento. A Presidente reiterou seu pedido inicial para que o
175 regulamento fosse observado. A conselheira Marta Máximo se posicionou favorável a dar voz ao
aluno. Os conselheiros Antonio Castanheira, Renato Fernandez e outros pediram, em respeito ao
Conselho a moderação das manifestações do conselheiro Christian. A Presidente reiterou que
poderia ser criada uma comissão para tratar da alteração do regulamento. O conselheiro Fabiano
de Oliveira lembrou que aquele Conselho sempre tinha dado voz aos suplentes, assim como a
180 convidados, membros da comunidade; salientou que eles não estavam errados em seguir o
regulamento, mas pedia a ponderação de todos diante do momento que viviam no país e que era
preciso defender a democracia na instituição; sugeriu que fosse feita uma votação daquele tema e
que se desse o assunto por encerrado. O conselheiro Antonio Castanheira disse estar entendendo
que o conselheiro Fabiano estava propondo uma votação, dentro de outra votação que estava
185 acontecendo, para alterar o regulamento que teria que ser feito mais à frente; enfatizou que
estavam com problema de tempo, que queriam respeitar a representatividade sim, com
urbanidade, e que se fosse necessário uma fala, que o representante titular dos discentes falasse e
em que outro momento o regulamento fosse mudado. A conselheira Marta Máximo destacou,
retomando a questão dos encaminhamentos, que as votações que se dessem tinham que
190 considerar o que já havia sido votado, pois uma votação não podia cancelar a outra. O
conselheiro Alexandre Martinez disse que seu encaminhamento seria então para reuniões
extraordinárias até finalizar a pauta. A conselheira Camila Dazzi concordou que a votação já
tinha sido feita e não se podia voltar atrás; voltou à questão da representação estudantil que
queria se colocar, que estavam vivendo um momento não democrático no país, uma situação
195 política extremamente complicada e achava um absurdo aquele Conselho reforçar aquela atitude
antidemocrática, que a Instituição existia por causa do aluno e que o aluno tinha direito a se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

colocar sim, se fosse o caso, que se fizesse uma votação para isso. O conselheiro Angelo Silva solicitou a retomada da votação dos encaminhamentos da pauta; quanto à questão dos suplentes, disse considerar assunto vencido, estava no regulamento. A conselheira Camila Dazzi disse que
200 percebia aquilo como uma tentativa de impedimento para as pessoas falarem, que era muito grave e que se aquilo acontecesse, ela se colocaria para além daquele Conselho. O conselheiro Angelo Silva lembrou que estavam em regime de votação, que se finalizasse os encaminhamentos da pauta. A Presidente reiterou a sua proposta de encaminhamento para que os demais itens da pauta fossem tratados nas comissões. O conselheiro Renato Fernandez pediu esclarecimento e sugeriu
205 que se fosse o caso, se tirasse o regime de votação e se abrisse para as falas novamente, pois tudo estava muito confuso e eles precisavam de ordem; destacou que eles eram um Conselho em que todo mundo tinha que ter direito a voz, e que esse direito fosse usado com sabedoria, que se as pessoas não tinham maturidade para fazer parte daquele Conselho, deveriam renunciar; frisou que a escola precisava tomar decisões importantes e se estava perdendo tempo num regime de
210 votação que poderia ser resolvido com o mínimo de bom senso; acrescentou que aquele não era um espaço para disputas políticas, nem ideológicas, eles tinham um problema sério para resolver, pois estavam há 90 dias em uma pandemia e precisavam resolver, enfatizando que a sociedade iria cobrar; solicitou à mesa que retirasse o regime de votação e desse a palavra a todos. A Presidente retomou o regime de votação com o encaminhamento de que os itens de 2.2 a 2.5
215 fossem estudados em comissões e apresentados em outra reunião, o que foi **aprovado** com 14 votos favoráveis dos conselheiros Camila Dazzi, Valéria Pereira, Silvia Rufino, Angelo Silva, Gilberto Castello Branco, Francisco Cirto, Marta Máximo, Ricardo Araújo, Antonio Castanheira, Carlos Eduardo Pantoja, Fernando Neves, Patrícia Crossetti, André Morais e Daniel Cavalcanti; 10 votos contrários dos conselheiros Alberto Boscarino, Flavia Lima, Bianca Tempone, Tiago
220 Siman Machado, Ana Clara Leite, Fabiano Oliveira, Lais Amaral Alves, Frederico de Oliveira, Bernardo Gomes e Gabriella Bordoni; houve 6 abstenções: Renato Fernandez, Alexandre Martinez, João Dias, Hilário Gonçalves, Eduardo Ogasawara e Nelson Cordeiro. Em seguida passou-se à votação do encaminhamento para que houvesse reuniões extraordinárias semanais para dar conta da pauta, que foi **rejeitada** por 11 votos contrários dos conselheiros Valéria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

225 Pereira, Francisco Cirto, Marta Máximo, Ricardo Araújo, Silvia Rufino, Ana Clara Leite,
Antonio Castanheira, Carlos Eduardo Pantoja, Fernando Neves, Patrícia Crossetti e André
Morais; 5 votos favoráveis dos conselheiros Eduardo Ogasawara, Renato Fernandez, Alexandre
Martinez, João Dias e Hilário Gonçalves; houve 14 abstenções: Alberto Boscarino, Angelo Silva,
Gilberto Castello Branco, Flavia Lima, Tiago Siman Machado, Fabiano Oliveira, Lais Amaral
230 Alves, Frederico de Oliveira, Daniel Cavalcanti, Bernardo Gomes, Gabriella Bordoni, Camila
Dazzi, Nelson Cordeiro e Bianca Tempone. O conselheiro Hilário Gonçalves disse que votara
coerentemente, considerando as reclamações de que o CEPE não se reunia e precisava se reunir
mais devido à condição de emergência pela qual passavam; solicitou à Presidente, apesar do
previsto no regulamento, que usasse da sua autonomia e desse a voz à representação estudantil,
235 que era reduzida naquele Conselho. O conselheiro Saulo Santiago fez um aparte, dizendo que se
fosse concedida voz ao suplente da representação estudantil, deveria ser estendido a todos os
demais suplentes, como era a tradição e disse que a questão deveria ser resolvida pelo plenário. A
conselheira Gabriella Bordoni acrescentou que, além da autonomia da Presidência, havia a
autonomia do pleno e que se votasse a questão. A Presidente esclareceu que não iria colocar em
240 votação um ponto que ia de encontro ao regulamento e propôs que se formasse uma comissão
para revisar o regulamento, dizendo que imaginava ter sido uma questão matemática o
regulamento ter proposto a questão do horário em função da participação; se disse favorável à
participação plena e que deveria haver uma comissão para fazer a alteração de todo o
regulamento, como na questão do tempo e das participações. A conselheira Camila Dazzi propôs
245 que se mantivesse a voz dos suplentes naquela reunião e depois da reformulação do regulamento
então decidir se teriam ou não direito a voz. A Presidente destacou que já tinham avançado muito
no horário e explicou que tinha feito a leitura do regulamento porque tinha achado inviável o que
acontecia, a pauta era grande e tantas participações, reiterou que era a favor da manutenção do
regulamento e já se formar uma comissão para rever o regulamento como um todo, da forma mais
250 rápida o possível para se encaminhar ao CODIR. A conselheira Patrícia Crossetti apontou que já
se havia passado quase 2h de reunião e solicitou o retorno à pauta, ressaltando que havia coisas
importantíssimas a se decidir; falou da Portaria nº 544, que mudava toda a questão das atividades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

suspensas, que era preciso trabalhar de forma efetiva e responder à comunidade. A conselheira Gabriella Bordoni concordou que o Conselho precisava trabalhar e dar uma resposta à comunidade, mas que a falta de resposta tinha que ser atribuída à falta de gestão, faltavam 255 respostas a muitas perguntas que aquele Conselho já tinha feito, que havia muito atraso da própria gestão, pois o Conselho não se reunia há muito tempo e por isso tinha uma pauta enorme; acrescentou que via com desagrado usar aquilo como desculpa para silenciar todos suplentes, não fazia sentido para ela, depois de tanto tempo desrespeitando o regulamento, naquela reunião tinha 260 sido decidido que iriam silenciar os suplentes, e solicitou que fosse concedido o direito de fala a eles. A Presidência informou que na reunião anterior e primeira que presidira daquele Conselho, embora já tivesse conhecimento do regulamento, não tinha levado a questão por ter se tratado de uma sessão extraordinária, reiterou que, como Presidente, queria usar o regulamento e não cabia a ela questionar o porquê de o regulamento não ter sido utilizado até então. O conselheiro Bernardo 265 Gomes disse que entendia a regra estabelecida, mas, que se fosse cumprida estritamente, faltava, por exemplo, a parte de assuntos gerais da pauta; ressaltou que a fala do substituto sempre tinha sido permitida, que talvez o que pudesse ser feito era o ajuste de tempo, uma pauta com menos itens e abrir outras reuniões, que isso era plausível, mas, usar o regulamento com base no tamanho da pauta e não dar a voz a um conselheiro que tinha uma contribuição, fazia-o se sentir 270 desconfortável em ter colegas querendo trabalhar junto mas não poderem falar; disse que não via a grande importância não deixá-los falar, pois não era uma quebra, eles não votavam e não alterava o peso dos votos, e achava que não precisava alterar o regimento. A Presidente falou que não se sentia desconfortável em trabalhar com o regulamento; destacou que estava começando agora, assim como outros conselheiros que tinham sido empossados, e que queria começar de 275 maneira correta; sugeriu que o conselheiro Bernardo presidisse a comissão para refazer o regulamento do Conselho. O conselheiro Bernardo Gomes disse achar isso muito interessante, mas que naquele momento preferia se dedicar a como seriam as aulas para os alunos durante a pandemia, a como seria o retorno, pois achava aquele assunto primordial; quanto ao regulamento, chamou a atenção que na reunião anterior, que era extraordinária e por isso tinha só um assunto, 280 tinha sido dado posse a conselheiro, e não podia. A Presidente enfatizou que como tinha sido a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

sua primeira reunião, tinha aberto mão de várias situações, como o tempo, mas que estava tentando ajustar aquela situação, que era viável. O conselheiro André Morais solicitou o retorno à pauta, pois já tinha sido aprovada e que o que estava em discussão não estava em pauta. O conselheiro Christian Vincenzi disse que estavam querendo debater o futuro dos alunos em uma
285 condição péssima de discussão, por isso não dava para fazer e por isso se estava no assunto do regulamento. A Presidente encaminhou o retorno à pauta e às discussões dos itens da pauta; como havia sido aprovado a questão das comissões, sugeriu a formação de uma comissão para cada item que havia ficado de fora da pauta. A conselheira Patrícia Crossetti sugeriu que o Item 2.4 fosse tratado na comissão da RAD já existente no CEPE. A Presidente consultou o conselheiro
290 Hilário Gonçalves, presidente da comissão da RAD, mas ele não concordou com a sugestão de assumir o item 2.4. O conselheiro Bernardo Gomes alertou que formar as comissões naquele momento seria uma quebra da pauta já aprovada. A Presidente solicitou então o andamento da pauta, abrindo o **Item 2.1 Criação do curso de pós-graduação lato sensu – Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica, campus Petrópolis (Resolução nº 03/2020 do**
295 **COPEP)**. O conselheiro Vancler Ribeiro, representante do COPEP, disse que o curso estava sendo proposto para o *campus* Petrópolis pelo colegiado do Curso Técnico de Telecomunicações, a coordenadora do curso era a Professora Alice Moraes Rego de Souza; esclareceu que o curso surgira do apelo da comunidade local e das cidades vizinhas a Petrópolis; falou que o objetivo principal do curso era formação ao continuada e pretendia atingir professores licenciados e não
300 licenciados atuantes na educação básica, para egressos dos cursos de licenciatura que eram oferecidos tanto pelo Cefet/RJ *campus* Petrópolis como por outras instituições da cidade das regiões próximas; informou que o havia doze docentes no curso, todos do quadro permanente do Cefet/RJ, destacando que o quadro era muito qualificado, com nove doutores e três mestres; acrescentou que a CGLAT, juntamente com o DEPOG e a DIPPG, fizera um estudo com a
305 coordenação do curso e que não haveria nenhum impacto na carga horária dos docentes, assim como tinha feito o levantamento do espaço físico e tudo estava de forma favorável. O conselheiro Felipe Ferreira, professor do *campus* Petrópolis, acrescentou que o curso tinha surgido no Núcleo de Estudos em Linguagem e Educação (Neline), do qual fazia parte, e enfatizou que a ideia do era



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

contribuir para a formação de professores de todas as áreas da educação básica, a perspectiva era
310 a do letramento nas diversas áreas; destacou que todas as disciplinas seriam oferecidas numa
perspectiva múltipla, com ao menos dois professores; falou do entendimento deles de que a
relevância social daquele curso era bastante específica, pois em Petrópolis e na região não havia
nenhum curso de pós-graduação *lato sensu* gratuito oferecido no campo da formação de
professores. Como não houve inscritos para o item, passou-se à votação e o Item 2.1 foi aprovado
315 com 27 votos favoráveis dos conselheiros Francisco Cirto, Tiago Machado, Frederico de
Oliveira, Nelson Cordeiro, Bianca Tempone, Fabiano Oliveira, Ricardo Araújo, Angelo Silva,
Gilberto Branco, Ana Clara Leite, Eduardo Ogasawara, Alexandre Martinez, Marta Máximo,
Renato Fernandez, Valéria Pereira, João Dias, Daniel Cavalcanti, Camila Dazzi, Hilário
Gonçalves, Bernardo Gomes, Gabriella Bordoni, Patrícia Crossetti, André Moraes, Antonio
320 Castanheira, Carlos Eduardo Pantoja, Fernando Neves e Silvia Rufino; 3 abstenções dos
conselheiros Alberto Boscarino, Lais Alves e Flavia Lima. Declaração de voto da conselheira
Flavia Lima: “abstenção por não ter informações apensadas aos processos que balizem uma
avaliação mais objetiva dos projetos de curso apresentados, tais como: pareceres técnicos, atas de
reuniões, alinhamentos ao PDI e etc.” Dando continuidade, a Presidente apresentou o Professor
325 Lourival Moreira, presidente do Comitê Central de Acompanhamento do Coronavírus, que faria a
exposição do **Item 2.6 Apresentação do Comitê Central de Acompanhamento do
Coronavírus**. O Professor Lourival Moreira iniciou dizendo que era dada uma atenção especial
àquela crise sanitária que estavam vivendo, e que acabava impactando em todos os setores
acadêmicos e administrativos do Cefet/RJ; destacou que estavam há 15 semanas, 104 dias em
330 uma verdadeira guerra de diversas batalhas para vencer todos os desafios que a pandemia havia
trazido; o Professor Lourival esclareceu que o Comitê era de natureza técnica e científica,
contando com profissionais das diversas áreas, sendo multissetorial e multiprofissional,
destacando que a crise sanitária impactava todas as áreas da instituição; explicou que a área de
ensino era a que tinha os maiores desafios nessa crise sanitária, como os pedagógicos,
335 socioeconômicos, tecnológicos, legais e normativos, e, principalmente, a heterogeneidade dos
alunos; salientou que os objetivos do Comitê eram o de acompanhar a disseminação da doença e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

planejar ações de prevenção e de orientação à comunidade do Cefet/RJ, sobre os cuidados que devam ser tomados para evitar sua propagação; destacou que dentre as diretrizes seguidas, estava a garantia do cumprimento rigoroso das obrigações institucionais; informou que a dinâmica de funcionamento do Comitê era contínua, com reuniões por videoconferência, grupo de Whatsapp e e-mail, nas reuniões periódicas por vídeo conferência o Comitê fazia o balanço das principais ações e iniciativas, do panorama e projeção da situação da pandemia, estudava a ampliação do prazo de suspensão das atividades etc. e o resultado dessas reuniões havia gerado uma série de recomendações e portarias; o Professor Lourival enfatizou que o acompanhamento diário da evolução da pandemia era muito importante, no momento estava em uma curva de subida, pois, quando a curva chegasse ao pico e começasse a descer, haveria medidas de relaxamento e, quando fosse voltar, ninguém tinha aquela previsão, eles precisavam estar com um planejamento pronto de ações a tomar para que se voltasse com o máximo de segurança possível; disse ainda que havia uma interação interinstitucional com o CONIF, MEC/SETEC e Conselho das IES Públicas, e que o Comitê tentava dar a maior transparência possível para a comunidade com atendimento via e-mail e página de notícias no portal institucional, e que estavam aperfeiçoando conforme o possível, por fim, agradeceu a oportunidade de fazer aquela apresentação no Conselho. O conselheiro João Dias perguntou se havia profissionais da assistentes estudantil no Comitê e o Comitê estava envolvido com as verbas destinadas para os auxílios aos estudantes. O Professor Lourival respondeu que, como a CAE era subordinada à DIREX, havia essa relação sistêmica com o Comitê por meio da diretoria; quanto às verbas, o Comitê não tinha autoridade nem autonomia para definir regras de distribuição ou coisas assim, os critérios eram definidos na própria Diretoria de Extensão. O conselheiro Eduardo Ogasawara parabenizou o Professor Lourival pelo excelente trabalho que o Comitê estava desempenhando; quanto aos diferentes níveis de ensino, o conselheiro disse estar recebendo pedidos dos alunos da pós-graduação de computação para o curso funcionar de forma *online* e perguntou se o Cefet/RJ andaria como um todo, ou partes poderiam andar em velocidade diferente, qual seria o trâmite para poder ter alguns grupos já funcionando de forma oficial na modalidade *online*. O Professor Lourival disse que não podia responder pelo Comitê pois precisava de dados que viriam da área de ensino; na sua visão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

365 pessoal, disse que, dada a heterogeneidade, deverá haver múltiplas soluções para os níveis de ensino ajustadas a cada necessidade, e às vezes será diferente dentro do mesmo nível de ensino. O conselheiro Angelo Silva parabenizou o Professor Lourival pela apresentação e pelo trabalho do Comitê, e pediu esclarecimentos a respeito da planilha enviada, em que havia dados em branco de algumas unidades. O Professor Lourival explicou que aquele era o acompanhamento dos casos, o Comitê acompanhava não somente os casos na cidade do Rio de Janeiro, como em 370 todas as cidades onde havia unidades do Cefet/RJ. O conselheiro Angelo Silva se referiu a relatório e perguntou qual era fonte das sugestões apresentadas e quais os encaminhamentos que o Comitê faria; acrescentou que, nos relatórios que tinha lido, notava pouca citação dos TAEs e por isso queria saber como o Comitê estava lidando com a questão dos TAEs, pois, num retorno, era preciso considerar que havia muitos servidores do grupo de risco; perguntou ainda se o 375 Comitê tinha alguma previsão de retorno, ou de aulas remotas. O Professor Lourival comentou que o Cefet/RJ tivera apenas duas semanas de aula quando começou o período de isolamento e que foi preciso montar uma contingência para que as coisas essenciais da Instituição não deixassem de ser executadas, assim como muitas atitudes emergenciais foram tomadas para evitar o risco de contaminação das pessoas, e que, quando a curva começasse a descer, e isso não se 380 sabia quando, haveria um retorno do expediente presencial de forma contingenciada, e que, quando tiver o relaxamento, será necessário ter um plano para o expediente presencial e que dê segurança para todo mundo, mas não havia ainda uma previsão de quando esse retorno se daria, entretanto, era necessário pensar nesse planejamento; em uma segunda fase haveria o envolvimento dos *campi*, abarcando toda a área acadêmica, administrativa, frisando que a maior 385 dificuldade daquele momento era a área de ensino e seria necessário esperar pelos demais conselhos, mas que era necessário ir trabalhando nesse plano de retorno, para que depois pudessem ser consolidados em um plano sistêmico, que seria a fase 3 do plano geral de retorno, salientando que o básico para eles era manter a segurança para todos; por fim, o Professor 390 Lourival resumiu, dizendo que não se sabia quando iria voltar, quanto tempo duraria cada fase e nem quando se voltaria à normalidade. A conselheira Gabriella Bordoni perguntou se havia alguma forma de acompanhar as reuniões do Comitê, se eram abertas, e se havia algum tipo de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

relatório periódico, algo que eles pudessem acessar. O Professor Lourival Moreira comentou que nas primeiras reuniões chegavam assuntos muito pessoais, e, para evitar a exposição, eles foram sendo encaminhados aos setores responsáveis, e, com o passar das reuniões, essas demandas deixaram de aparecer e achava que era bem-vinda a participação de convidados nas reuniões do Comitê; quanto ao documento que circulou das recomendações para os diretores, era parte de um documento maior que seria construído, esse então seria institucional; salientou que o Comitê tomava o cuidado de só divulgar institucionalmente aquilo que tinha sido acatado pela Direção-Geral. O conselheiro Daniel Cavalcanti disse que os alunos da pós-graduação precisavam acessar os laboratórios tanto para dar continuidade às pesquisa quanto para fazer a manutenção do maquinário, e queria saber como poderia ser feito no *campus* Maracanã; relatou também o problema de um aluno da pós-graduação que teve a sua bolsa cortada, mas o seu experimento estava parado por causa da pandemia, e o conselheiro disse achar que ele fazia jus à extensão de mais três meses de bolsa. O Professor Lourival pediu que ele encaminhasse aquela demanda por e-mail e, quanto aos equipamentos, se havia risco dano aos equipamentos, era possível solicitar autorização para entrar no *campus*, o *campus* não estava fechado, estava com acesso restrito. O conselheiro Alberto Boscarino fez a pergunta no bate-papo: “Solicito esclarecimentos sobre o acolhimento remoto de alunos do *campus* Maria da Graça”. A Presidente, em virtude do esgotamento do tempo, solicitou que as questões fossem encaminhadas direto ao Comitê, que respondia as solicitações diariamente. O Professor Lourival disse que, pelo que se recordava, já havia o parecer favorável do Comitê, e solicitou ao conselheiro Alberto que encaminhasse por e-mail para ele fazer o acompanhamento. O conselheiro Bernardo Gomes agradeceu pela apresentação e disse que havia sido feito muito mais coisas que deveriam ser pontuadas, como o esforço das Uneds na produção de álcool gel, um app do *campus* Petrópolis que estava sendo usado com grande sucesso pela secretaria de saúde, e, no *campus* Maracanã, o Professor Maurício Motta liderava um grupo voluntário para a reforma de ventiladores mecânicos e que a secretaria estadual de saúde estava buscando o Cefet/RJ como parceiro preferencial nessa atividade; o conselheiro perguntou se as estatísticas das quais o Professor Lourival falara estavam disponíveis na página do Cefet/RJ, pois não tinha encontrado. O Professor Lourival disse que os dados eram



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

retirados diretamente do *site* do Ministério da Saúde, e que era uma boa sugestão colocar os links no *site*; salientou que daquele trabalho ficava o orgulho de pertencimento, muitos trabalhos voluntários de valor humanitário altíssimo nas Uneds, e que tinha preparado uma apresentação com várias ações, mas o tempo era restrito e acabou não conseguindo privilegiar naquela
425 apresentação esses trabalhos. A Presidente agradeceu a participação do Professor Lourival Moreira e disse que o Comitê era muito ativo e estava disponível por e-mail; como o tempo da reunião estava se encerrando, sugeriu que as comissões fossem formadas por e-mail e que fizessem parte delas não apenas os membros titulares, mas também os suplentes. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente se despediu de todos, dando por encerrada a sessão às treze horas
430 e dez minutos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Michele Roberta Rosa e Silva, na qualidade de Secretária, e pela Presidente, Silvia Cristina Rufino.

435

Silvia Cristina Rufino

Presidente

Michele Roberta Rosa e Silva

Secretária